

O RETORNO DA GEOPOLÍTICA: A ASCENSÃO DOS BRICS¹

Ronaldo Carmona²

A 6ª Cúpula do BRICS, ocorrida em Fortaleza no último mês de julho, ao iniciar o segundo ciclo de reuniões anuais dos Chefes de Estado de cinco grandes nações em desenvolvimento do mundo³, marcou *salto qualitativo* da aliança, que entra em *nova fase*, fortalecendo a tendência a um mundo policêntrico.

As decisões tomadas em Fortaleza, especialmente a criação de um Banco e de um Fundo de reservas do BRICS, como veremos a seguir, quando efetivadas, potencializarão a margem de manobra de cada um dos integrantes dos BRICS e destes como conjunto, permitindo maior autonomia destes países no cenário internacional.

¹ O presente ensaio é uma versão ampliada de texto que foi redigido tendo como base três artigos, escritos ao longo de 2014, listados nas referências bibliográficas, que buscaram atualizar desafios relativos à inserção internacional do Brasil e à evolução recente do BRICS, marcadamente no “pré” e “pós” Cúpula de Fortaleza. O termo “retorno da Geopolítica” é relativamente impreciso, pois seria um equívoco argumentar sobre uma “calmaria” do concerto bipolar da guerra fria e assim imaginar que os pressupostos da Geopolítica clássica “saíram de cena”. Trata-se de recente ensaio de *Foreign Affairs*, listado nas referências bibliográficas.

² Doutorando e Pesquisador do Laboratório de Geografia Política (GEOPO) do Departamento de Geografia da USP. Foi consultor da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Consultor externo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem do Senado Federal, e Consultor da Presidência da Comissão Consultiva das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional. E-mail: ronaldocarmona@gmail.com.

³ Com as edições de Ecaterimburgo, 2009, Brasília, 2010, Sanya, 2011, Nova Deli, 2012 e Durban, 2013 completou-se um ciclo no qual os cinco integrantes do BRICS sediaram reuniões de Cúpula; Fortaleza inaugurou novo ciclo.

Representando pouco mais de 40% da população mundial e quase $\frac{1}{4}$ da economia global, os BRICS são objeto de atenção pelo ineditismo e singularidade de uma agrupação com estas características: é a mais relevante coalizão global a não incluir a presença das potências estabelecidas.

O primeiro ciclo de Cúpulas – realizadas entre 2009 e 2013 – foi marcado por consolidar os BRICS como instrumento de coordenação política de grandes países em desenvolvimento quanto aos principais temas da agenda internacional. Já o 2º ciclo, iniciado em Fortaleza, inaugura a institucionalização do bloco, através da criação de *meios* para intervir mais solidamente na ordem internacional contemporânea.

Assim, a partir da reunião de Fortaleza, os BRICS passam a contar com instrumentos institucionais para operar mudanças na arquitetura financeira e monetária internacional: o Novo Banco de Desenvolvimento (*NDB*, em sua sigla em inglês), o *Banco dos BRICS* e o *fundo comum de reservas dos BRICS*, chamado formalmente de Arranjo Contingente de Reservas (*CRA*, na sigla em inglês).

Ademais, a reunião de Fortaleza foi um importante lance na *grande partida de xadrez* que se joga no tabuleiro geopolítico mundial a respeito de qual será o desenlace e o desfecho da transição em curso no sistema internacional. Afinal, as decisões tomadas na 6ª Cúpula revelaram um *amadurecimento de uma visão comum* do BRICS a respeito dos temas chave da situação internacional contemporânea. Algo de grande transcendência na fase atual marcada por renhida luta entre as potências tradicionais, que buscam – numa contratendência – reverter a perda de posição relativa em relação à ascensão dos grandes países em desenvolvimento, sobretudo a China. Estes, ao contrário, com sua aliança, buscam maximizar a janela de oportunidades aberta com a transição no quadro geopolítico global.

Na 6ª Cúpula, os BRICS seguiram avançando na construção de esta visão comum em um conjunto de temas sensíveis da agenda global. De grande importância política é o posicionamento na Declaração de Fortaleza sobre a situação da Ucrânia, francamente favorável ao fim do conflito, por uma solução

pacífica; assim, oposta a tentativa do “*ocidente*” de isolar a Rússia⁴. Tentativa, aliás, que tem tido como produto expressiva diminuição das ambiguidades da política externa russa pós-soviética, tornando os BRICS uma prioridade para Moscou e solidificando sua aliança geopolítica com a China.

Especificamente para o Brasil, podemos dizer que a 6ª Cúpula dos BRICS, por seus resultados e pelas perspectivas que apontam, é sem dúvida a *mais significativa* iniciativa geopolítica brasileira, pelo menos na história recente, tendo em vistas suas consequências neste grande jogo da disputa por espaço e poder na “*ordem*” internacional contemporânea⁵. É, assim, um grande lance, protagonizado pelo Brasil, na geopolítica mundial.

A Cúpula de Fortaleza, por seus resultados, desqualifica a análise (ou melhor, o *desejo*) comum entre os *think-thanks* e analistas dos grandes meios de comunicações dos países centrais, segundo os quais, por sua diversidade cultural e geográfica, os BRICS seriam incapazes de celebrar substanciais acordos entre si e atuar conjuntamente, com posições comuns quanto aos grandes temas da atual ordem global. Para estes, os conflitos prevaleceriam sobre a cooperação. No entanto, as seis Cúpulas mostram crescente maturidade da aliança.

Na quadra atual tornam-se os BRICS uma sólida *aliança tática* a favor da transição para a multipolaridade, no que corresponde ao interesse nacional de seus integrantes na aspiração por mudança da posição relativa destes países no sistema internacional. Com o NDB e o CRA, ademais, os BRICS passam a ter “*dentes*” adicionais para sustentar essa ascensão. O ceticismo e a má vontade do *ocidente* com os BRICS – parte ideológica da luta geopolítica em curso no mundo – se contradiz com os fatos, já que essa coalizão vai demonstrando

⁴ Em março, na votação da ONU de hipócrita resolução patrocinada pelos países da OTAN, pela “integridade territorial da Ucrânia” (sic), num gesto político de grande relevância, os quatro BICS se abstiveram conjuntamente. A Declaração de Fortaleza apresenta a primeira opinião comum dos BRICS quanto à crise na Ucrânia. No ponto 44, lê-se que “Expressamos nossa profunda preocupação com a situação na Ucrânia. Clamamos por um diálogo abrangente, pelo declínio das tensões no conflito e pela moderação de todos os atores envolvidos, com vistas a encontrar solução política pacífica, em plena conformidade com a Carta das Nações Unidas e com direitos humanos e liberdades fundamentais universalmente reconhecidos”.

⁵ Outra ação geopolítica destacada do Brasil foi em 2010, quando da articulação diplomática entre Brasil, Turquia e Irã que resultou na assinatura da *Declaração de Teerã* sobre o dossiê nuclear iraniano, que provocou, naquele momento, a entrada destes novos atores no cenário geoestratégico global, gerando contundente reação do *status quo*.

crecente capacidade de coesionar-se tendo em vista convergirem os interesses nacionais de cada um de seus integrantes.

Este artigo, que busca relacionar o momento e os desafios atuais do BRICS *vis-à-vis* o cenário geopolítico contemporâneo, se compõe de três partes. Na primeira parte buscaremos oferecer uma interpretação do BRICS, observando suas potencialidades e seus limites. Trata-se de discutir o tema com base em alguns referenciais teóricos pelos quais podemos analisar os BRICS. Em seguida, pretendemos avaliar os resultados de Fortaleza em sua relação com as grandes incertezas e cenário de disputa geopolítica que caracterizam a atual transição no sistema internacional. A terceira parte se propõe a avaliar como o BRICS podem ser avaliados tendo em vista a aspiração brasileira de ascender a condição de potência global, bem como a repercussão da participação na coalizão para o entorno geográfico-estratégico do país. Por fim, apresentaremos algumas conclusões, marcadamente buscando observar desafios após a histórica 6ª Cúpula de Fortaleza.

1. Interpretando o BRICS, suas potencialidades, seus limites. Por quais referenciais teóricos podemos analisar os BRICS?

A aliança entre os cinco países BRICS, antes que nada, é *funcional* ao desenvolvimento do projeto nacional de cada um de seus integrantes. Em maior ou menor escala, com maior ou menor nitidez, todos os cinco BRICS almejam “modificar sua posição relativa” no sistema internacional, na “distribuição internacional de poder e riqueza”, a partir de fatores como território, recursos e coesão social⁶. Noutras palavras, a aliança entre os BRICS é um instrumento para aumentar a margem de manobra de cada um deles e deles em seu conjunto no sistema internacional⁷.

Na busca por ascender, os cinco BRICS reúnem, em maior ou menor medida, a um só tempo *vontade nacional e base objetiva*. Nas palavras de Hurrell (2009, 11) “é fácil para o realista empedernido rir das pretensões vazias de países

⁶ Como argumenta, por exemplo, “Poder, geopolítica e desenvolvimento”, de José Luis Fiori, Valor Econômico, 26/06/2013.

⁷ “El rol geopolítico de los BRICS: una visión brasileña”. Ronaldo Carmona. Apresentação na I Conferencia de Estudos Estratégicos. Havana, Cuba, outubro de 2013.

cujas ambições desmoronam diante de suas limitadas capacidades materiais. Contudo, o poder nas relações internacionais requer propósito e projeto”.

Para se tornar potência, por um lado, não basta a um país vontade nacional, é preciso reunir condições objetivas – atributos clássicos de poder, tais como território, população, riqueza, capacidade militar e científica –; por outro lado, seria ingênuo pensar que existindo as bases objetivas, naturalmente, por determinismo, um país se tornaria potência no sistema internacional. Ao contrário, um país que tiver condições objetivas mas escassa coesão nacional em torno do objetivo de ascender à condição de potência, invariavelmente retrocederá, inclusive, no limite, concedendo no todo ou em parte seus atributos de poder a outros povos que possuam *projeto de nação* mais bem delineado.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, é essencial observar que a aliança entre os países BRICS tem uma base objetiva, não é produto de definição aleatória. Como se vê no Quadro 1, se fizermos um recorte a partir dos fatores território, população e tamanho da economia, encontraremos os quatro BRICs originais e os Estados Unidos.

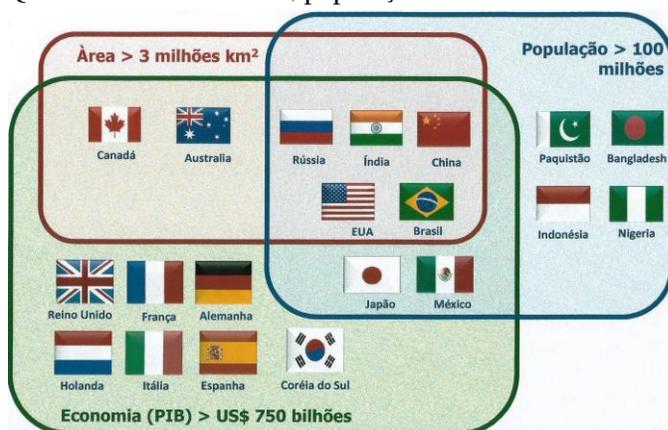
A incorporação da África do Sul, decidida na terceira Cúpula, realizada em Sanya (China) dá a clara dimensão geopolítica da aliança, a começar da condição geográfica do país africano como ponto de contato entre os oceanos Atlântico e Índico. Ademais, incorporara um país relativamente estável do continente africano, dirigido por uma coalizão progressista liderada pelo Congresso Nacional Africano (ANC) e líder da União Africana - a sul-africana Nkosazana Dlamini-Zuma, ex-esposa do presidente Zuma, reeleito em maio último, é a secretária geral da UA desde 2012.

Os cinco BRICS reúnem poder combinado extraordinário: dois membros “não ocidentais” do Conselho de Segurança das Nações Unidas, três potências nuclearmente armadas, além de serem países com forte base de recursos naturais, capacidades industriais, parques científicos, tecnológicos e de inovação em áreas, em geral, complementares e capacidade de produção de alimentos.

Assim, a aliança entre os BRICS deve ser observada mais por fatores estruturais que conjunturais. Por exemplo, são países que reúnem potencial de dinamismo econômico superior aos atuais países centrais, a começar pela própria dinâmica intrínseca ao capitalismo relativa ao desenvolvimento

desigual. A própria capacidade de resistência à primeira fase da atual grave crise do capitalismo eclodida em 2008 revela este fator. Por certo, dada as proporções da crise, seria pouco realista desconsiderar que mesmo os BRICS seriam impactados em suas taxas de crescimento.

Quadro 1: Maiores áreas, populações e economias mundiais



Mas fatores como o extraordinário espaço de crescimento dos mercados internos de massas de cada um dos BRICS, num contexto de política mais ou menos redistributivas, que permitiram importante mobilidade social, foram e serão importantes fatores de dinamismo econômico destes países. Da mesma forma, são países, que por sua própria dimensão, tem na presença do Estado – “capitalismo de Estado” –, por meio de empresas estatais e mecanismos de planejamento econômico, fator de grande importância. De modo geral, são nações que não aderiram ao modismo neoliberal.

A despeito de ter sido sintetizado por um estudo econométrico de um banco de investimentos⁸, os BRICS se caracterizam por sua extraordinária potencialidade; todos são países *portadores de futuro* – muito para além de uma diminuição do crescimento econômico recente derivado dos efeitos da crise.

⁸ Refiro-me a *Building Better Global Economic BRICS* (2001), disponível em <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>

Ademais, é recorrente na teoria geopolítica – aqui não há qualquer originalidade do Sr. O’Neill –, a centralidade do papel dos *megaestados* ou “países-baleia”. São países cujos fatores combinados revelam extraordinário potencial.

Como recorda Ricupero (FUNAG, 2012), “essa inovação conceitual (o BRICS) foi, na verdade, criada por George Kennan, e não por essa figura menor de um banco de investimentos”. Ricupero se refere ao conceito de *monster countries*, proposta pelo geopolítico e diplomata norte-americano, a respeito de países que combinam ao mesmo tempo “uma extensão continental e grande população”⁹. Para Kennan, os cinco países monstro eram os EUA, a então União Soviética, a China, a Índia e o Brasil. Vale lembrar – retomaremos o tema mais a frente – que Kennan é também conhecido por desenvolver a teoria das *fímbrias* ou *rimland* de Nicholas Spykman, no que viria a ser conhecida como *teoria da contenção* ou *Doutrina Truman* – isto é, a ideia de movimentos geoestratégicos visando limitar o poder da URSS aos limites do *heartland*.

O que observamos até aqui mostra como o BRICS tem fundamento em conceitos e análises geopolíticas e geoestratégicas muito mais complexas do que o *relatório para investidores* do Sr. O’Neill.

Outro aspecto teórico essencial a considerar relaciona-se à forma pela qual os países BRICS assumem sua *postura reformista*, pela qual buscam “demandar a revisão da ordem estabelecida e de suas normas dominantes de maneira a refletir seus próprios interesses, preocupações e valores” (Hurrell, 2009, p.11).

Sendo o BRICS uma aliança “*anti status quo*”, qual o meio que estes países utilizam para efetivar seus propósitos?

Podemos encontrar na literatura conceitos importantes para responder esta questão. Ideias como balança de poder, proposta pela escola realista, ou de *bandwagoning*, são úteis para compreender o comportamento dos países em geral e do BRICS, especificamente.

Na *balança de poder*, Waltz (2000), por exemplo, diz que os Estados responderão ao poder concentrado com vários tipos de balanceamento de poder,

⁹ Ideia apresentada em *Around the Cragged Hill: A Personal and Political Philosophy*, cuja primeira edição é de 1993.

unindo forças contra os mais poderosos¹⁰. Por *bandwagoning*¹¹, compreende-se ato oposto, ou seja, de aliar-se ao país ou coalizão mais forte, numa espécie de acomodação pragmática em relação ao *hegemon*.

No caso do BRICS, concordamos com Hurrell (2009, 34-35) e outros autores¹², que o mais adequado será considerar que os BRICS adotam uma espécie de *balanceamento brando*. Segundo o autor, o balanceamento brando “não envolve tentativas diretas de confrontar ou constranger o país dominante por meio de alianças militares (balanceamento externo) ou mobilização militar (balanceamento interno)”. Ao contrário, diz ele, “envolve outras formas de cooperação: *ententes*, entendimentos informais, exercícios cooperativos *ad hoc* ou colaboração em instituições internacionais ou regionais”. Continua o autor argumentando que “o propósito destas formas cooperativas é complicar e aumentar os custos das políticas norte-americanas em instituições internacionais (especialmente negando legitimidade a elas)”, utilizando-se assim de “mecanismos não militares” para atingir seus propósitos reformistas.

Poderá se argumentar que com a criação de instrumentos que atuam diretamente sobre a ordem econômica e financeira internacional – caso do Banco e do Fundo do BRICS –, os cinco grandes países intervêm de uma forma nada branda em relação à alteração do *status quo*. De toda forma, para além da possibilidade de desenvolver cooperação estratégica – hoje apenas embrionária¹³ –, efetivamente a transição *sui generis* na atual ordem internacional precede a *manu militari*.

Uma última questão nesta chave de interpretar o BRICS é compreender as singularidades de cada um de seus integrantes. Observe-se que estas diferenças, naturais em se tratando de megapaíses, são amplificadas pelo *mainstream* na campanha por desacreditar o BRICS. Reais, contudo, não são obstáculos tendo em vista preponderar a convergência de interesses na ascensão no sistema internacional, conforme temos argumentado neste ensaio.

¹⁰ Originalmente, encontramos o conceito de “Balança de Poder” em Spykman, Nicholas. *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*, New York: Harcourt, Brace and Co., 1942, 447.

¹¹ Termo atribuído ao cientista político Stephan Van Evera (Hurrell, 2009, p.17)

¹² Em Hurrell encontra-se referências, sobre este conceito, a T. V. Paul e Robert A. Pape.

¹³ Aqui nos referimos às reuniões relativamente regulares – quatro sessões já ocorreram – dos *National Security Advisors* dos BRICS.

Três do BRICS são civilizações milenares: a russa, a hindu e a chinesa. Destas, historicamente, duas já experimentaram condição de superpotência: a Rússia, como vértice da União Soviética, e a China como o poderoso *Império do Meio* até o início do século de humilhação em 1850. Nesse sentido podemos denominar as intenções de (re)ascensão de Rússia e China como intentos *restauracionistas* de condição já vista no passado.

Ao lado das três civilizações milenares, junta-se uma *nova civilização*, a brasileira, constituída muito mais recentemente, mas com características singulares que lhe outorgam enormes potencialidades. Poderíamos falar aqui não apenas de potencialidades objetivas do Brasil, mas das extraordinárias potencialidades civilizatórias do Brasil fruto de sua formação social original, da constituição de um *povo-novo*, amalgamado pela confluência de sua três vertentes constitutivas.

O quinto BRICS, os sul-africanos não configuram uma civilização, num sentido antropológico mais complexo, tendo em vista sua marcada cisão étnica e até tribal. Entretanto, sua presença na coalizão a fortalece, como dissemos, por razões geopolíticas e geoestratégicas, tendo em vista ser o vértice da integração africana e a zona geográfica (cone austral africano) de confluência entre o Atlântico e o Pacífico.

Passemos a seguir a identificar algumas das razões geopolíticas e estratégicas de cada um dos RICS. Mais à frente dedicaremos uma sessão própria a discutir o caso brasileiro. Nossa motivação aqui é retomar o argumento de que o BRICS é essencialmente uma aliança entre países com interesses em comum. Trata-se de uma *aliança tática*: os BRICS combinam sua força, como dissemos, para acelerar uma transição na situação internacional que favoreça o projeto nacional de cada um de seus integrantes, reunindo condições mais favoráveis ao curso de seu desenvolvimento. Os três gigantes da massa territorial euroasiática – Rússia, Índia e China –, em especial, historicamente equilibram-se entre cooperação e conflito; no contexto desde início do século XXI, certamente o fator cooperação se sobrepõe ao fator conflito.

Rússia e China, em especial, possuem pensamento geopolítico denso e estruturado. Índia e Brasil, embora mais recentes, idem. A África do Sul vai estruturando sua visão nacional.

A **Rússia** herda do czarismo e sobretudo da geopolítica soviética, ao longo de sete décadas no século XX, longa tradição de pensamento estratégico. Em grande medida, com Putin, essa tradição é retomada na recuperação do *Eurasianismo*.

Baseada nesta tradição, ocorre uma grande novidade estratégica contemporânea representada pela *nova postura russa* que, embora viesse sendo ensaiada há alguns anos, agora sob a segunda presidência de Putin toma forma nítida. Crescentemente ameaçada em seu *core interest* – que inclui sua própria integridade territorial e manutenção da zona de influência geoestratégica –, Moscou dá sinais de claro abandono da tradicional ambiguidade geopolítica que a tem caracterizado desde o fim da URSS, equilibrando-se entre a necessária autonomia que deve ter um grande país e a aliança com o *ocidente*, na qual a cooptação ao G7, alargado para G8 é símbolo.

O primeiro grande lance representativo da nova postura russa foi a ação que garantiu as bases para uma *virada de jogo* na guerra da Síria, em outubro último, impedindo, por ousada manobra diplomática, a consumação da intervenção da OTAN a partir da manipulação grosseira a respeito do uso de armas químicas supostamente pelo governo de Bashar Al-Assad. Mais recentemente, novo lance russo, este ainda mais ousado, foi o estabelecimento de *linha vermelha* a respeito de sua integridade territorial, diante da ação europeia/ocidental de cooptação da Ucrânia – Kiev é um berço da nacionalidade russa. A anexação da Crimeia, pois, foi uma mensagem clara de que o limite de Moscou é a ameaça a sua integridade territorial e às minorias russas espalhadas em seus limites fronteiriços.

A Cúpula de Fortaleza, pois, ocorre neste contexto de nova postura geopolítica russa ao mesmo tempo em que há um recrudescimento das pressões geoestratégicas direcionadas à China, no sentido de pôr este país na defensiva em seu próprio mar territorial. Nesta moldura geopolítica que deve ser lida a recente visita, em maio último, de Vladimir Putin a Beijing e a assinatura de um pacto energético de 30 anos para o fornecimento de gás russo a China – driblando a tentativa de isolamento russo pelo ocidente. Uma aliança entre dois grandes países, membros do Conselho de Segurança e grandes potências nucleares – aliança que, fortalecida, tem efeitos diretos sobre a solidificação da aliança dos BRICS.

Assim pode ser lida, para a Rússia, a recente reunião de Fortaleza. Para Moscou esta teve um sentido estratégico chave, sobretudo tendo em vista que, diante do retorno do protagonismo de Moscou no cenário internacional, recrudescem movimentos das potências estabelecidas para constrangê-lo em seu próprio entorno geográfico – vide o avanço da OTAN sobre a Ucrânia. A presença do presidente Putin em Fortaleza foi sua primeira presença em foro multilateral pós-Crimeia e o segundo movimento expressivo de buscar romper a tentativa de isolamento – o primeiro foi a visita de maio a Beijing, ocasião em que assinou o citado acordo energético.

Mas Obama seguiu sua ofensiva antirrusa e, numa provocação (extensiva ao país anfitrião da Cúpula), anunciou novas rodadas de sanções estando o presidente Putin em Brasília. A derrubada do avião da *Malaysia Airlines* no leste da Ucrânia – dois dias depois da reunião de Fortaleza e aproximadamente no mesmo momento em que o avião de Putin retornava a Moscou – somou-se a essa ofensiva, numa nítida operação que, em termos militares, se pode denominar como “operação de bandeira falsa”¹⁴.

Dias depois, foi a vez de Putin anunciar a retaliação: sendo o 5º maior importador de produtos agropecuários, Moscou anunciou o cancelamento das compras nos mercados europeu e norte-americano – apenas a União Europeia exportou US\$ 13,8 bilhões em produtos agrícolas à Rússia em 2013. Num gesto importante, deu sinais que buscará no mercado brasileiro parte importante destes produtos. Também a indústria de Defesa russa, objeto de pesadas sanções ocidentais, poderá buscar o mesmo caminho junto aos BRICS.

Para a **China**, a participação no BRICS aporta ao interesse central da política externa chinesa contemporânea: “a busca ativa de um entorno internacional pacífico em benefício de seu próprio desenvolvimento”, nas palavras do presidente Xi Jinping¹⁵. Ademais, a aliança aporta à aspiração deste país em adensar sua presença no cenário internacional e de aumentar sua diversificação financeira. A relação com grandes países detentores de matérias-

¹⁴ *False flag* em inglês. São operações militares ou de inteligência que aparentam ser realizadas pelo inimigo de modo a tirar partido das consequências resultantes. Que interesse teriam os rebeldes ucranianos em atacar um avião civil de passageiros? Ao governo direita de Kiev, ao contrário, surgiu uma oportunidade para liquidar com força militar extrema o movimento separatista.

¹⁵ Entrevista a quatro meios de imprensa da América Latina, em 14 de julho de 2014.

primas também serve ao interesse chinês de garantir o fluxo regular destes bens ao país, sustentando o desenvolvimento chinês. Neste caso, além da relação com Brasil, Rússia e África do Sul – grandes detentores de matérias-primas – a aliança facilita o acesso ao entorno destes países, especialmente à América Latina e Caribe e a África¹⁶.

Cabe destacar – a despeito da *sinofobia* propagada por alguns *think-thanks* conservadores do ocidente –, a singularidade confuciana da geopolítica chinesa. Como propõe Torres (2014),

La narrativa “Confucio-menciana” parte de las más ancestrales raíces, en las que se interpretaba que China era el centro cultural universal. Este centro debía ser respetado y asimilado por los pueblos de los que se rodeaba, a los que debería regir por su jerarquía y administrar en armonía. En este orden no se veía necesario el conflicto, que se consideraba como una aberración, consecuencia de un relajamiento moral o error de mando. Esta narrativa, que se encuentra profundamente arraigada en el discurso actual de la geopolítica de China, sufrió el más grave de sus reveses cuando las potencias occidentales del Siglo XIX, embebidas de los primeros conceptos geopolíticos, la convirtieron casi repentinamente en un territorio colonial.

A influência da formação social no pensamento geopolítico é tema que deve ser considerado como determinante para compreender a visão de mundo de um determinado Estado.

Também no caso indiano, há que considerar a influência do pensamento de Estado para considerar as atitudes e posições tradicionais do país. Assim, a despeito do novo governo de direita, eleito em maio último, os primeiros seis meses do novo governo mostram uma linha de relativa continuidade em política externa.

A reunião de Fortaleza representou a primeira viagem internacional do novo primeiro ministro, Narendra Modi. É expressivo constatar que o primeiro encontro de Modi com seus dois grandes vizinhos – Rússia e China – tenha se dado em solo brasileiro – a partir do qual pactuou adensamento da presença

¹⁶ Ainda que, vale dizer, a *primarização* nesta relação é objeto de crescente preocupação, por exemplo, dos países latino-americanos. É o caso do Brasil, que em 2013 teve nas commodities 87% de suas vendas à China enquanto de suas importações deste país, 60% foram de produtos industrializados (Carta Capital, 23/07/14).

indiana na Organização de Cooperação de Xangai, aliança na disputa geopolítica no *heartland* do mundo.

As intervenções de Modi reiteraram compromisso da Índia com os BRICS, reforçada pelo fato do primeiro-ministro voltar a Nova Deli com a primeira presidência do NDB – vale lembrar que a ideia surgiu na 4ª Cúpula, realizada na Índia em 2012.

A **África do Sul**, por sua vez, tem especial interesse de consolidar os compromissos que ela pilotou na Cúpula de Durban (2013), relativo ao apoio dos BRICS à integração africana através do financiamento da infraestrutura: o país ocupa a presidência da União Africana. Tendo em vista este objetivo, Zuma volta de Fortaleza com um escritório do NDB, que será inaugurado concomitantemente a sede de Xangai, renovando compromissos com a prioridade do governo de Tshwane.

2. A reunião de Fortaleza e as incertezas na transição no Sistema Internacional

Nesta seção do texto buscaremos analisar o expressivo potencial das decisões tomadas na reunião de Fortaleza para o *grande jogo* geopolítico global. Inicialmente, apresentaremos os resultados da 6ª Cúpula, na qual o BRICS, ao mesmo tempo “criam dentes” (*instrumentos*), politicamente aproximam posição (aumentando seu *grau de coesão*) sobre os grandes temas da situação internacional contemporânea.

Terá sido a reunião de Fortaleza um ensaio de novo *Bretton Woods*?

A 6ª Cúpula foi marcada, como dissemos, pelo surgimento do Banco e do Fundo dos BRICS. Para alguns analistas, um novo *Bretton Woods* se esboçou em Fortaleza. Exageros à parte, entretanto, foi correta a interpretação da transcendental decisão, expressa nas palavras do presidente sul-africano, Jacob Zuma, para quem a reunião foi “*a historic and seminal moment which saw, for the first time since the post-Bretton Woods Institutions era, the creation of a new and unique financing initiative*”¹⁷.

¹⁷ “Um momento histórico e seminal, que viu pela primeira vez desde as instituições de Bretton Woods, a criação de uma nova e única iniciativa de financiamento” (tradução livre). Ver <http://www.thepresidency.gov.za/pebble.asp?reid=17711>

O Banco (NDB) surge com capital autorizado de US\$ 100 bilhões e capital inicial subscrito de US\$ 50 bilhões, com contribuições por igual dos cinco sócios¹⁸. Mas a medida em que se consolida, diz um analista, “o Banco vai atrair outros depósitos e crescer dez ou vinte vezes”¹⁹. Isso se explica pela capacidade de alavancagem própria de uma instituição financeira desta natureza e da possibilidade de atrair capitais de fundos diversos. A China, por exemplo, com alta liquidez, poderá no Banco encontrar alternativa de rentabilidade para seus recursos.

O Fundo, por sua vez, “um mini-FMI”, com caixa comum de US\$ 100 bilhões, é um importante seguro contra crises futuras no balanço de pagamentos, ameaça presente sobretudo persistindo as manobras monetárias dos países ricos, sobretudo dos Estados Unidos, que diante da retirada dos estímulos em resposta a crise, tem tomados medidas que geram (uma ainda moderada) saída de divisas nas economias emergentes – uma “fuga para liquidez”, nas palavras de Luiz Gonzaga Belluzzo²⁰. Poderá ser um importante instrumento para a proteção das moedas nacionais e a própria estabilidade econômica dos países BRICS.

Do ponto de vista geopolítico, as iniciativas atuam diretamente na relativa diminuição da influência dos Estados Unidos e da União Europeia – via instituições que controlam com *mão de ferro*, FMI e Banco Mundial – junto aos países em desenvolvimento, criando alternativas de financiamento despojadas das condicionalidades política e econômica aviltantes destas instituições tradicionais – é certo, mais draconianas para uns que para outros. Por exemplo, a Ucrânia, com a instalação do governo pró-ocidente em Kiev, teve aprovado em tempo recorde empréstimo de US\$ 18 bilhões. O mesmo dificilmente ocorreria, por exemplo, se um país como a Argentina necessitasse do mesmo apoio – ao menos que aderisse a pesado *programa de ajuste*.

O fato é que as funções precípuas do Banco Mundial e do FMI – que, conforme concebido 70 anos atrás em Bretton Woods, é de “financiar o

¹⁸ Ao contrário das instituições de Bretton Woods, o NDB surge com uma governança rigorosamente equivalente em termos de distribuição de poder entre seus cinco sócios fundadores. É altamente questionável, portanto, a interpretação de certos analistas ocidentais, que o Banco seria “instrumento da expansão chinesa”.

¹⁹ Michael Wong, professor da City University de Hong Kong, em entrevista à BBC Brasil, 15/07/2014.

²⁰ “Em um mundo de inevitáveis colisões”. Carta Capital, 23/07/14.

desenvolvimento” e “conter crises no balanço de pagamentos” – são cada vez mais de difícil execução, quer por seus critérios ideológicos ultraliberais, quer por sua própria dimensão insuficiente diante das necessidades do mundo atual, caracterizado pela enorme carência de recursos para infraestrutura e financiamento do desenvolvimento no mundo, sobretudo pelos países em desenvolvimento – a Unctad estima essa demanda em US\$ 1 trilhão, apenas para infraestrutura.

O surgimento do NDB e do CRA decorrem antes que nada da enorme resistência dos países do *establishment* em ceder poder e reformar os organismos financeiros internacionais – fato expresso sem meias palavras no ponto 18 da Declaração de Fortaleza. Mesmo diante da enorme carência por recursos no mundo, os países do G-7 resistem em ampliar o papel de instituições como o Banco Mundial ao mesmo tempo em que não aceitam diminuir seu controle, de modo a expressar o real peso econômico de cada país atualmente, muito diferente do pós-guerra. A China, por exemplo, possui menos votos no FMI que a cadeira correspondente aos países Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo). O G-7 possui 43% dos votos no FMI; os BRICS, em seu conjunto, 10,3%, a despeito de representarem cerca de $\frac{1}{4}$ do PIB mundial.

Vale lembrar que os BRICS têm aportado significativas quantias de recursos ao FMI no pós-crise, tornando-se, *ineditamente*, **credores** da instituição. Como lembra Paulo Nogueira Batista Júnior, diretor do FMI indicado pelo governo brasileiro, em 2012, “a China anunciou US\$ 43 bilhões adicionais (ao FMI); o Brasil, a Rússia e a Índia anunciaram US\$ 10 bilhões cada; África do Sul entrará com US\$ 2 bilhões. Na rodada anterior de levantamento de empréstimos para o FMI em 2009, os BRIC entraram com o equivalente a US\$ 92 bilhões – a China com US\$ 50 bilhões, Brasil, Rússia e Índia com US\$ 14 bilhões cada”²¹.

A atitude *reformista* do BRICS em relação às instituições financeiras internacionais tem relação com o fato, como diz Hurrell (2009, p. 27), de estas serem efetivamente espaços de poder, capazes até mesmo de “constranger os mais poderosos”, dada a capacidade de órgãos como o FMI e o Banco Mundial de definirem padrões de política econômica para os países. Invariavelmente

²¹ “Os BRICS no FMI e no G-20”, dezembro de 2012.

estes padrões atendem a interesses nacionais dos países que os dominam – no caso, desde sua criação no pós-guerra, os Estados Unidos e a União Europeia, “donos” das cotas que asseguram seu controle.

O NDB aparece como atrativa alternativa para a alocação de liquidez e das cada vez mais vultosas reservas em divisas dos grandes países emergentes, trocando os títulos “seguros” como os *treasuries* (títulos do Tesouro norte-americano), de baixa remuneração, por investimentos nas potencialmente rentáveis obras de infraestrutura na América Latina e na África, com garantias em operações governo-a-governo. Por isso mesmo, como observou artigo recente no *Financial Times*, “marcará uma mudança significativa na arquitetura do financiamento internacional do desenvolvimento”²².

No caso da China, o país desde 2009 vem anunciando uma estratégia de reduzir a exposição – e portanto a vulnerabilidade – de manter grande parte de suas reservas aplicadas em títulos norte-americanos²³. Aliás, o NDB cabe como luva na estratégia chinesa de diversificação monetária e na busca da internacionalização do *renminbi*.

Assim, o surgimento do NDB e a alocação de parte das reservas no CRA podem ser lidos como movimentos de diminuição da exposição dos países BRICS em relação ao dólar. Há que se perguntar quais serão suas consequências em médio e longo prazo para a hegemonia do dólar no sistema financeiro internacional, um dos fatores chave para a hegemonia global norte-americana.

Na medida em que isso se manifeste com clareza, há riscos de recrudescimento da *guerra financeira* do G-7 contra os BRICS. Afinal, a governança financeira internacional é cada vez mais marcada por impactos geopolíticos, derivados do fato de que no próprio âmbito do G-20 se cristalizam cada vez mais nitidamente dois blocos de força: de um lado, o G-7 – uma coalizão de países do velho *status quo* liberal, cujo caráter é reafirmado com o recente expurgo da Rússia – e os BRICS e seus aliados. Jim O’Neill, em artigo de balanço da 6ª Cúpula no *The Telegraph*, chega a falar em “duas facções” em

²² Segundo a economista da Universidade de Columbia, Stephany Griffith-Jones (ver “China vence e será sede do Banco dos BRICS”. Folha de São Paulo, 08/06/2014, p. B9).

²³ Ver artigo, que teve ampla repercussão à época, de Zhu Xiaochuan, presidente do BC (Banco Popular da China).

disputa no G-20²⁴. Do desfecho desta luta, em boa medida, resultará a arquitetura financeira internacional do século XXI.

Uma medida promissora no sentido de impactar sobre hegemonia do dólar é a crescente utilização de moedas nacionais nas relações entre os países, através de acordos de trocas de moedas (*swaps*) e outros mecanismos semelhantes.

O NDB, ademais do grande potencial financeiro, poderá jogar papel relevante na própria atualização da teoria do desenvolvimento diante dos desafios deste século XXI. Afinal, os países BRICS, para além de suas diferenças, apontam para uma proposta de desenvolvimento “não-neoliberal”, baseado em investimentos produtivos e em infraestrutura. Rejeitam a “perspectiva neorrentista e de reforma econômica clássica”²⁵.

Atendem assim à tradição desenvolvimentista muito presente na trajetória econômica de cada um dos BRICS e a aquilo que Hurrell (2009, p.38) chama de “forte estatismo que caracteriza todos estes países”, isto é, o protagonismo do Estado, ao longo da maior parte da história econômica dos BRICS na condução dos rumos do desenvolvimento.

Vale lembrar que o Banco surge apoiado no *know-how* e na expertise de robustos bancos nacionais de desenvolvimento de seus integrantes. É o caso do Brasil, com o BNDES, banco que tem dimensões superiores ao próprio Banco Mundial.

Sendo o surgimento do NDB e do CRA movimentos de profundos impactos geopolíticos e geoeconômico, cabe destacar a demonstração de visão estratégica do Brasil na manobra que permitiu seu anúncio em Fortaleza. Em relação ao Banco, é amplamente conhecido o fato de que o Brasil foi o único dos cinco países a não pleitear a sede da instituição, exatamente para melhor se posicionar para outro pleito, o de indicar o primeiro presidente da nova instituição. Consta, no entanto, que às vésperas da reunião dos líderes em Fortaleza, um impasse permanecia entre Nova Deli e Beijing pela sede do Banco; foi quando a presidenta Dilma orientou que o Brasil cedesse a primeira

²⁴ Ver <http://www.telegraph.co.uk/finance/globalbusiness/10991616/The-Brics-have-a-100bn-bank.-Can-the-West-start-taking-them-seriously-now.html>

²⁵ Como disse Michael Hudson, em Carta Capital, 23/07/14.

presidência à Índia, possibilitando assim o desfecho que estabeleceu sua sede em Xangai, e assim, a exitoso resultado da reunião de Fortaleza²⁶. Ao fazê-lo, o Brasil também reiterou o compromisso do novo governo indiano com os BRICS. Mas, fundamentalmente, permitiu uma cartada decisiva no tabuleiro de xadrez geopolítico global.

Como disse um analista, numa interessante analogia, os BRICS começam querendo “sentar à mesa”, cujo acesso lhes era vedado; em seguida, buscaram “mudar o cardápio”. Diante da impossibilidade, passam a “estabelecer sua própria mesa”²⁷. Esse é o significado do surgimento dos promissores Banco e Fundo dos BRICS.

2.1. Avanços na coesão política dos BRICS quanto aos grandes temas globais num quadro de deterioração do cenário internacional

A 6ª Cúpula do BRICS também foi marcante por prosseguir aperfeiçoando pontos de vistas comuns entre seus cinco integrantes. A leitura dos 72 pontos da Declaração de Fortaleza permite observar que, ao contrário do ceticismo do *mainstream*, há uma convergência crescente sobre temas centrais presentes no cenário internacional.

Esta constante aproximação de posições, após seis reuniões de chefes de Estado, permite aos cinco grandes tomarem posições comuns em temas “duros” como a guerra na Síria, a reforma da ONU e a questão da espionagem promovida pelos órgãos de inteligência do governo norte-americano contra diversos países do mundo. Esta crescente coesão do BRICS tem grande importância tendo em vista o recente curso geopolítico. Busquemos analisar aspectos marcantes desta evolução recente do cenário global.

No período mais recente, a evolução do quadro internacional tem tido como característica, ademais da resiliência da crise internacional, movimentos que buscam fazer vitoriosa *contratendência* em relação à tendência observada nesta primeira década do século XXI: a do declínio, ainda que lento e gradual, das potencias tradicionais – nomeadamente os Estados Unidos e da Europa – e a

²⁶ O Brasil presidirá o Conselho de Administração do NDB e terá a próxima presidência após a gestão indiana; a Rússia presidirá o Conselho de Governadores (ministros).

²⁷ Anthony W. Pereira, do King's College de Londres (The BRICS Post, 15/07/14).

ascensão de grande países em desenvolvimento, sobretudo os BRICS, e entre estes especialmente a China.

A ascensão da “periferia” tem sido a grande marca do início do século XXI. Do final dos anos 1990 até recentemente, um em cada sete países em desenvolvimento superou o crescimento dos Estados Unidos em 3,3% ao ano, em média, pelo que, em 2013, pela primeira vez os “emergentes” responderam por mais da metade do PIB mundial em paridade de poder de compra.

Registre-se que a atual transição eclode a partir deste dado estrutural: a diminuição relativa do peso econômico – e conseqüentemente político e posteriormente militar – dos países centrais, isto é, os Estados Unidos e o bloco europeu ao lado do aumento do peso relativo de grandes países em desenvolvimento, como se vê na acelerada ascensão econômica dos BRICS neste século XXI.

Ainda que, dado imenso poder acumulado, a principal potência estabelecida, os Estados Unidos, segue a principal nação do mundo em termos de poder, seja ele político, econômico, cultural-ideológico e sobretudo militar. E dá nítidos sinais de manobrar para prolongar no tempo ou mesmo relançar esta condição.

Sob a presidência de Barack Obama, os Estados Unidos buscam assim esta contratendência em relação ao seu diagnosticado declínio, inclusive por seus próprios *think-thanks* e documentos estratégicos oficiais. Busca uma das reações no plano econômico, pondo a todo vapor uma estratégia de diminuição da dependência energética (a partir da exploração do *shale gas*) e através de uma ativa política de reindustrialização apoiada na ampla capacidade em Ciência, Tecnologia e Informação acumulada por este país. No plano geoestratégico, o atual governo tenta encerrar a era Bush (de foco na guerra assimétrica contraterrorista), reorientando-se para o *pivot* asiático – preponderância estratégica na vasta região da Ásia-Pacífico –, atualizando a doutrina da contenção, tendo como alvo a China.

Mas a manobra se revela mais difícil do que planejada: dúvidas quanto à sustentabilidade da “revolução energética” se avolumam – estudos sérios apontam ser esta de fôlego curto – e a retirada gradual do “grande Oriente Médio” é turvada pelo próprio “legado” deixado pelas guerras, que geraram

caos e instabilidade em países como Iraque, Afeganistão e Líbia – vide a atual guerra contra o chamado *Estado Islâmico*.

A crise internacional, por certo, atingiu antes o centro que a periferia – dado fenômeno intrínseco ao capitalismo relativo a seu desenvolvimento desigual, que confere maior dinamismo relativo nas “novas fronteiras” do capitalismo. Duradoura, entretanto, nos últimos anos registrou transbordamento para os países em desenvolvimento – ainda que não no grau observado nos países centrais, sobretudo na Europa, que sofre prolongada recessão e crise social. Mas o fato é que os BRICs, que respondiam por dois terços do crescimento do PIB mundial em 2008, em 2012 responderam por menos da metade, fator que deverá se manter estável nos próximos anos, segundo projeções do FMI.

Por certo, a desaceleração dos “emergentes” acima produziu exageros, presentes sobretudo em interpretações *americanófilas*. Mas, de fato, nem os Estados Unidos voltam a ser motor da economia mundial como anunciam mais com base em desejos do que na realidade alguns mais afoitos, nem a desaceleração dos “emergentes” é tão brusca como estas tentam apresentar – a China, por exemplo, seguirá com crescimento relativamente elevado para seus padrões, de 7,5% do PIB.

A busca, pelos países centrais, de fazer vitoriosa contratendência na prolongada luta em curso por qual será o desfecho da transição tem marcantes características geopolíticas e geoestratégicas. Como dissemos acima, há notória reabilitação, na orientação estratégica dos países centrais – notadamente dos Estados Unidos – de preceitos e teorias geopolíticas clássicas, sobretudo de autores que formulam as *teorias da contenção*.

Opera-se nova divisão de trabalho no âmbito da OTAN; enquanto os Estados Unidos encaminham-se decididamente para a política do *pivot asiático* – buscando obter a hegemonia na bacia do Pacífico, espremendo a China o quanto possível em seu próprio mar territorial –, os europeus, cada vez mais *amuralhados* em sua própria fortaleza, buscam encarregar-se de “estabilizar” seu longo e instável entorno regional – que vai do Sahel norte africano até a Ucrânia, atual objeto de queda de braço estratégico entre Moscou e Bruxelas.

Como nunca, operações de *regime change* passam a ser utilizada com maior frequência, numa escalada que segue um roteiro recorrente, que vai da demonização de seus líderes pelo aparato propagandístico mundial e fomento de

divisões internas nos países alvo até a intervenção direta propriamente dita. O caso recente da Líbia, e atualmente, da Síria e da Ucrânia são exemplos latentes. Não se pode descartar a utilização do mesmo *modus operandi* em relação a outros países, inclusive os BRICS.

A busca da “retirada” americana do Oriente Médio – frustrada devido à instabilidade sistêmica na região – ademais da tentativa da presidência de Obama de resolver o dossiê iraniano, responde à necessidade de concentrar-se na tentativa de reverter a ascensão de grandes países em desenvolvimento – especialmente a China, mas também, de forma menos explícita, dos demais BRICS.

Novas potências, que naturalmente passam a ser contestadoras do *status quo* anterior, passam a ser a prioridade estratégica no raio de ação da principal potência mundial. Assim, nesta virada estratégica norte-americana, reabilita-se a atualizam-se doutrinas geopolíticas clássicas, como as formuladas pelo Almirante Mahan, pelo geoestrategista Nicholas Spykman e o embaixador George Kennan.

Uma importante novidade, derivada da evolução tecnológica, que permite maior espaço nesta manobra norte-americana, é a produção de petróleo e gás baseado em xisto – que, a despeito de dúvidas quanto a sua durabilidade, tem permitido importante substituição de importação. Os otimistas chegam a falar em autossuficiência energética deste país já na década de 20, fato com notórios efeitos estratégicos.

A centralidade da geopolítica, materializada pela retomada mais explícita da política de contenção aos polos emergentes por parte da principal potência mundial, se dá de forma multifacetada, não se expressando apenas no terreno estratégico-militar.

Por exemplo, são nítidos objetivos geopolíticos presentes nas negociações de regras econômicas levada a cabo atualmente pelos Estados Unidos como o TPP (sigla em inglês para *Parceira Trans-Pacífica*) – que incluindo o entorno chinês, exclui Beijing –, e o TTIP (sigla em inglês para *Parceria de Comércio e Investimento Transatlântica*, entre os Estados Unidos e a União Europeia). No plano hemisférico, a Aliança do Pacífico, surgida sob nítida inspiração do Departamento de Estado estadunidense, tem igual motivação estratégica: isolar o Brasil e o bloco de países sul-americanos mais

autônomos. Como atestou recentemente um nada suspeito analista norte-americano próximo ao mercado financeiro, Jean Pierre Lehmann, “com o TPP e a TTIP, os Estados Unidos lideram uma contraofensiva para conter e isolar rivais econômicos como Brasil, Índia e China”.

2.2. A retomada, pelas potências estabelecidas, da geopolítica da contenção voltada aos BRICS

Busquemos desenvolver a questão, apresentada acima, da reabilitação das *doutrinas de contenção*. Historicamente, a ultrapassagem de uma potência estabelecida por outra ocorre em contexto de vitória militar²⁸. Na atual transição observada na situação internacional, entretanto, a ultrapassagem ocorrerá primeiramente pelo poder material. A superação da economia norte-americana pela China é iminente – segundo órgão de estatísticas do Banco Mundial, em estudo divulgado no final de abril, deverá ocorrer ainda em 2014 com base no critério de paridade do poder de compra, ou seja, o peso relativo das economias pelo custo de vida real. Segundo este mesmo estudo, os EUA lideram este índice desde 1872. Já a Índia, segundo o mesmo estudo, ultrapassaria o Japão tornando-se a 3ª economia do mundo. A ultrapassagem econômica, entretanto, não leva à imediata ultrapassagem nem em termos de liderança política muito menos em termos militares.

Não estando em tela neste momento um confronto militar direto, como vimos, os países do *status quo* atuarão fortemente no sentido de operar uma contratendência, que nesse momento atende essencialmente pela reabilitação das velhas doutrinas geopolíticas da *contenção*. Sugerida por Spykman, a estratégia da contenção toma forma a partir de celebre artigo de George Kennan intitulado “The Sources of Soviet Conduct”, publicado na *Foreign Affairs*, em 1947. Nele, o então embaixador norte-americano em Moscou começa a delinear o que inicialmente seria conhecido como *Doutrina Truman* e que finalmente levaria os Estados Unidos a vitória na Guerra Fria, com a desintegração da União Soviética.

²⁸ Ver, dentre outros, “Ascensão e queda das grandes potências”, de Paul Kennedy (Ed. Record, 1989) e “Os Impérios na História”, org. Francisco Carlos Teixeira (Ed. Campus, 2009).

Contemporaneamente, Brzezinski (1998, 201) é explícito ao defender que “a tarefa mais imediata é se assegurar que nenhum Estado ou combinação de Estados obtenha a capacidade de expulsar os Estados Unidos da Eurásia ou de limitar significativamente seu decisivo papel de árbitro”²⁹.

Fatos recentes do cenário estratégico global sugerem que por meios diretos ou indiretos, abertos ou encobertos, ostensivos ou sutis, os BRICS são objeto, neste momento, individual ou coletivamente, do que podemos denominar como uma reabilitação da *geopolítica da contenção*.

No governo Obama, especialmente, anuncia-se a estratégia que é conhecida como “*pivot*” ou “*rebalance*” para a Ásia. No que certamente é a principal novidade geoestratégica do último período, ocorre o aparecimento do documento com o sugestivo título de “Sustentando a liderança global dos EUA: Prioridades para a Defesa do Século 21” (*Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*), em 2012³⁰. A nova geoestratégia norte-americana suplanta a fase anterior – da *guerra ao terror*, vigente desde os atentados de 11 de setembro de 2001 – e busca responder à grande alteração geopolítica em curso no início do século XXI: a lenta, mas efetiva *erosão* do poder das potências tradicionais do Ocidente, por um lado, e por outro lado, a crescente – e ainda que não sem percalços e obstáculos – *ascensão* dos grandes países em desenvolvimento, simbolizado na aliança BRICS e tendo sua expressão mais vistosa na China – a 2ª economia mundial e em vias de tornar-se a primeira.

Assim, desde 2012, os Estados Unidos passam a focar sua estratégia militar na região da Ásia e Pacífico, mais precisamente na contenção da China. Essa postura estratégica é confirmada no recente *Quadrennial Defense Review* (QDR), enviado ao Congresso norte-americano no último 04 de março de 2014³¹.

²⁹ Aqui, para além da atuação nas fímbricas, Brzezinski defende a intrusão direta na *heartland*. Vale lembrar, no período recente, o estabelecimento, pelos Estados Unidos, tendo como pretexto a guerra no Afeganistão, de suas bases militares em dois países da antiga União Soviética: em Karshi-Khanabad (Usbequistão) e em Manas (Quirquistão). Devido a pressão combinada da Rússia e da China, sobretudo a partir da Organização de Cooperação de Xangai, os Estados Unidos deixaram estas bases respectivamente em 2005 e 2014 (junho).

³⁰ Ver http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf. Acessado em 01/10/2014

³¹ Ver http://www.defense.gov/pubs/2014_Quadrennial_Defense_Review.pdf. Acessado em 01/10/2014.

Ademais, a *geopolítica de contenção* atua fortemente no sentido de fomentar divisões e instabilidade no entorno estratégico de cada um dos BRICS. Há caso mais evidentes, como a atual tensão na fronteira russo-ucraniana ou o conturbado *Mar da China*.

Mas também a contenção ocorre em casos menos percebidos, como no controle do Atlântico Sul pela OTAN, a partir de um “cordão de ilhas” e com a permanente campanha que busca fraturar a união sul-americana, seja por meio de fomento de instabilidade em países como Venezuela e Argentina – os dois principais sócios do projeto brasileiro – seja através de intervenções abertas através de prepostos, como é a criação da *Alianza del Pacífico*, com nítidos propósitos geopolíticos voltados contra o Brasil.

Em cada um dos BRICS também se identifica pressões sobre fator chave para a ascensão de um país no sistema internacional: a coesão nacional. A Rússia é permanentemente pressionada pelo fator étnico, quer por tendências centrífugas por parte de minoria em seu território (os chechenos, por exemplo) quer por ameaças a seus nacionais residentes em antigas repúblicas soviéticas. A China vive sob constante ameaça territorial relacionada ao Tibete e a minoria uyghur em Xinjiang. A Índia é pressionada por uma tensão constante entre a maioria hindu e a minoria muçulmana. A África do Sul permanece, duas décadas após o fim do *apartheid*, com problemas de natureza racial. Mesmo o Brasil, caracterizado por uma formação social miscigenada, não foge à regra: além do fomento ideológico do multiculturalismo – por parte de endinheiradas agências estrangeiras -, absolutamente estranha à formação social brasileira, é constantemente pressionado por manipulações quanto à questão indígena, dentre outras pressões de natureza *racialista*.

Ameaças ao BRICS, em seu caminho de ascensão, também ocorrem pela própria deterioração da situação internacional, a partir da incorporação de determinados conceitos à “ordem jurídica” multilateral. É o caso do conceito de *responsabilidade de proteger*, que tem dado margem para guerras “humanitárias” ou “civilizatórias” modernas, bem como ações indiretas de *regime change*, conceito pelo qual tem sido denominado *golpes de Estado* contemporâneos.

Os holofotes de tensão geoestratégica sobre Rússia, China ou Oriente Médio, não devem turvar, numa análise geopolítica, movimentos explícitos voltados contra o Brasil.

3. O BRICS na estratégia brasileira de ascensão internacional

Para o **Brasil**, a participação nos BRICS representa um caminho a favor do aumento da margem de manobra do país diante de um conturbado cenário internacional, por meio de aliança com grandes países emergentes com interesses nacionais convergentes, essência da crescente solidez da aliança. Repercutirá também sobre seu entorno geográfico e estratégico, como veremos à frente.

Entretanto, o projeto brasileiro de tornar-se uma *potência*, emergindo como polo de poder no que resultará da atual transição no sistema internacional defronta-se com frequentes obstáculos, historicamente e contemporaneamente. Endogenamente e exogenamente.

Em termos históricos, por exemplo, o anseio brasileiro por jogar um papel central nas duas grandes instituições da governança global no século XX – a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas – demonstra esta aspiração³². Na última metade do século XX, este problema voltou-se a apresentar com frequência, como demonstra Vizentini (1996).

O objetivo de tornar-se um dos polos no mundo multipolar que emerge deriva primeiramente da busca por lograr condições exógenas mais favoráveis para o curso do projeto nacional, uma vez que, como um dos grandes atores no sistema internacional, o Brasil terá melhores condições de defender seus próprios interesses e de seus aliados, evitando que outros constriam ou contradizem as legítimas aspirações nacionais.

Contudo, as dificuldades partem do próprio curso da evolução geopolítica internacional – marcada, como vimos, por fortes movimentos por prolongar o *status quo* por parte das potências estabelecidas. Mas também por impasses e indefinições estratégicas do país num momento em que será necessário superar novas encruzilhadas para transitar a novo projeto nacional de desenvolvimento.

Neste início do século XXI, o Brasil viveu uma espiral de autonomia inédita na trajetória nacional. Posicionou-se buscando maximizar a janela aberta derivada do rebalanceamento do quadro de forças no mundo. No

³² O historiador Eugênio Vargas Garcia documentou esta pretensão brasileira em dois livros: *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000; e *O sexto membro permanente. O Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2012.

entanto, as aspirações estratégicas nacionais por aprofundar essa autonomia, logrando ascender ao grau de potência ou polo no mundo multipolar que emerge, são contraditadas, quer por forças externas, quer endogenamente, no qual poderosas forças políticas e sociais questionam a ambição brasileira de ter presença internacional condizente com sua estatura.

Os últimos três períodos presidenciais, iniciados por Lula em 2003, apresentam como legado chave, ademais da mobilidade social vertiginosa, a ascensão internacional soberana do Brasil. A recente reeleição da presidente Dilma Rousseff, até 2018, aponta, segundo seu programa de governo, para a continuidade desta postura de política e estratégia de inserção internacional.

Registra-se, no período, o lançamento de importantes iniciativas relacionadas ao “entorno estratégico brasileiro”, em especial a Oeste (América do Sul) e a Leste (Atlântico Sul e África). Ao mesmo tempo, o Brasil engaja-se em iniciativas e alianças – da qual se destacam os BRICS – voltadas a reformar o sistema internacional. Em especial, na perspectiva brasileira, ganha destaque o objetivo de reformar o anacrônico Conselho de Segurança das Nações Unidas, que congela a realidade de 70 anos atrás, mas que segue sendo o centro de poder do sistema internacional.

Após doze anos, entretanto, o Brasil lida com ambiente externo crescentemente hostil a sua ascensão internacional, ao mesmo tempo se defronta com problemas internos para estabelecer-se como polo de poder no mundo. Assim, a ascensão brasileira *esgota uma primeira etapa*, necessitando claramente de renovar seus objetivos para aprofundar seu curso.

A ascensão brasileira carece, antes que nada, de uma maior *coesão nacional* em torno de seus postulados básicos, seus objetivos nacionais essenciais. Quanto menor esta coesão mais frágil esta será e maior margem de manobra os que a contestam terão.

Como observa José Luis Fiori, “a mudança de posição dentro da hierarquia de poder e da distribuição da riqueza internacional” foi obtida por “sociedades que se mobilizaram e atuaram de forma unificada, para enfrentar e superar momentos de dificuldades e suas situações de inferioridade, mantendo seu objetivo estratégico por longos períodos de tempo, independentemente das mudanças internas de governo”.

A ascensão brasileira também é frágil por fatores objetivos. Antes que nada, de natureza estratégico-militar. A despeito de importantes avanços em

curso no reaparelhamento das Forças Armadas e recomposição de base industrial e tecnológica de Defesa, o Brasil é um país sem capacidade militar relevante para defender seus interesses, se contraditado. Às vezes, inclusive, por autolimitação de capacidade estratégica, como é o caso da gratuita adesão nos anos '90, sem qualquer contrapartida, a regimes restritivos como o tratado de não proliferação de armas nucleares (TNP) e o regime de controle de mísseis (MCTR).

A ascensão brasileira no sistema internacional também ocorre em bases econômicas frágeis. Os três governos iniciados em 2003 não lograram completar a transição do neoliberalismo a um novo projeto nacional de desenvolvimento. Apenas esboçaram esse novo projeto nacional.

Condicionada por um pacto político estabelecido com o Plano Real, de subordinar qualquer outra questão à chamada “estabilidade da moeda”, há vinte anos o país permanece na “camisa de força” que condiciona sua ascensão. Mesmo os governos progressistas de Lula e Dilma, dada correlação de forças por um lado e falta de convicções por outro lado, não ousaram questionar este “consenso nacional”, inclusive pelo risco de verem erodidas as bases de sustentação política do governo.

Expressão de fragilização, nos doze anos de transição ocorre uma desindustrialização relativa da economia e *reprimarização* da pauta de exportação, fruto, sobretudo, de mais de uma década de câmbio sobrevalorizado e taxas de juros elevadas, além de problemas graves de produtividade que vão se acumulando, inclusive pela esgarçada infraestrutura logística e insuficiente integração do território nacional.

Dentre as forças políticas e econômicas brasileiras, aquelas que podemos denominar como bloco financista-liberal tem defendido o que podemos chamar de “novo ciclo de adesão à globalização”, a partir do diagnóstico de que o Brasil é uma “economia fechada”, fora das “cadeias globais de valor” e isolado e preso a um Mercosul dominado por “bolivarianos”.

Aqui, antes que nada, é preciso compreender movimentos recentes que ocorrem e que, sem dúvida, terão impactos profundos sobre o curso do projeto nacional brasileiro. Refiro-me ao *impulso normativo* que caracteriza as relações econômicas globais contemporâneas que poderão criar pesadas novas condicionalidades para a autonomia do projeto nacional.

As atuais “mega” negociações em curso (as citadas TPP e TTIP) envolvem pouco corte de tarifas de importação e exportação – já a níveis mínimos nos países desenvolvidos – e *muitas regras e normas*, tais como definições de barreiras fitossanitárias para bens agrícolas, padrões para produtos manufaturados, normas de propriedade intelectual, compras governamentais e até limitações para o papel de bancos públicos e empresas estatais. Ao definir normas restritivas no interior destes blocos econômicos que poderão surgir, desvia-se comércio dos que não aderirem para os que aderirem. Por exemplo, parte das exportações brasileiras seriam substituída por terceiros no âmbito destes mega blocos.

A adesão a condicionalidades e restrições que se gestam nestes blocos, vinculam e amarram as economias de países em desenvolvimento que adiram ao projeto dos países centrais, limitando autonomia e margem de manobra para alavancar projetos autônomos de desenvolvimento. Assim, para o Brasil, a adesão a esses acordos limitaria imensamente a autonomia de política econômica ou aquilo que na literatura internacional é chamado de “*national policy space*”.

Exemplo recente é o processo que a União Europeia acaba de abrir na OMC contra o Brasil questionando medidas de política industrial brasileira, como a política de preferência nacional aos carros produzidos no Brasil e as de desenvolvimento regional, como a Zona Franca de Manaus e as ZPEs (Zonas de Processamento de Exportações).

O Brasil precisa atualizar ou mesmo relançar seu projeto de ascensão internacional. Um dos cinco maiores países do mundo, se considerarmos território, população e PIB combinados, o Brasil, definitivamente, não pode jogar na *segunda divisão*. Ao contrário, por seu porte e potencialidades, precisa ter ativa política em todos os temas globais. Precisarà no próximo período superar vulnerabilidades nacionais e completar a transição para um novo projeto nacional de desenvolvimento.

A relação entre política externa e projeto nacional é nítida; a primeira busca atuar no jogo de forças internacional buscando obter condições mais favoráveis à consecução do segundo. Noutras palavras, cada país atua no cenário internacional buscando reunir forças que criem condições mais favoráveis a seu projeto de desenvolvimento.

No que diz respeito à inserção internacional, o Brasil precisará, a partir de janeiro de 2015, no novo mandato da presidente Dilma Rousseff, equacionar problemas básicos.

O primeiro deles – parte de grande debate nacional que tem sua dimensão sul-americana – é *como financiar* o projeto de ascensão e desenvolvimento compartilhado com nosso entorno, principal impasse do projeto de integração sul-americana e para adensar nossa presença na África, nossas fronteiras a Oeste e a Leste.

Os instrumentos atualmente existentes para isso – o Focem (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul) e a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) – têm sérias limitações financeiras. Na América do Sul, a carteira de projetos em infraestrutura da UNASUL – sendo que a infraestrutura é pressuposto da integração – tem imensas dificuldades financeiras de ir adiante.

O problema da integração produtiva, criando cadeias regionais de valor em nível sul-americano – como se vê, em escala regional, por exemplo, entre os países do Sudeste asiático –, precisa mobilizar governo e setor produtivo no próximo período. Um exemplo foi o debate recém realizado na UNASUL de buscar a criação de cadeias produtivas regionais a partir da industrialização dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, a participação no BRICS apresenta importantes repercussões para o entorno estratégico brasileiro.

Diante da premência do tema do desenvolvimento no mundo, o surgimento das novas instituições do BRICS, sobretudo do Banco, gera ampla expectativa entre os países em desenvolvimento, especialmente pelo potencial de avançar no financiamento da infraestrutura de integração na América Latina e Caribe – sobretudo na América do Sul – e na África.

Essa percepção se expressou fortemente no “segundo ato” das reuniões dos BRICS: a reunião com os presidentes sul-americanos em Brasília, que repetiu a experiência da Cúpula de Durban, quando se reuniram os cinco chefes de Estado e líderes africanos.

A presidente chilena Michelle Bachelet fez menção direta à possibilidade de financiamento, pelo NDB, da carteira de projetos de infraestrutura do COSIPLAN (Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL), cuja lista de prioridades abarca financiamento na casa de US\$ 17,3 bilhões. Aqui, aliás, cabe referência à incapacidade do Brasil em financiar essa carteira de

projetos, causa básica dos impasses atuais para avançar no projeto de integração sul-americana e decorrência de incompreensões estratégicas de expressivos setores de suas elites³³.

O boliviano Evo Morales comentou que o NDB, cujo capital é três vezes o PIB da Bolívia, é uma oportunidade para acabar com “submissão e condicionamento” que as instituições tradicionais impõem aos países latino-americanos.

O presidente Rafael Correa saudou especialmente a criação do CRA; vale lembrar a defesa frequente, pelo equatoriano, de um *fundo de reservas do Sul*. Argumenta Correa que com sua constituição, ao invés dos países em desenvolvimento enviarem dólares para o primeiro mundo, utilizariam suas reservas para financiar seu próprio desenvolvimento.

O presidente Nicolas Maduro, por sua vez, argumentou que as decisões de Fortaleza “mudarão o curso na história do Século 21”. O venezuelano fez elogios à “liderança virtuosa” do Brasil na América Latina e propôs uma aliança entre o NDB e o Banco do Sul. Dias depois, a Cúpula do Mercosul, reunida em Caracas, reafirmou a necessidade de entrada em operação do Banco do Sul.

Do ponto de vista geopolítico, para o Brasil, a possibilidade de financiamento dos projetos de integração em seu entorno geográfico pelo NDB introduz fatores importantes. Ao mesmo tempo em que poderá ajudar a equacionar o grave problema do financiamento do projeto de integração – fator de paralisia e esgotamento –, mantém a tendência, que já vem de alguns anos, de adensamento da presença das novas potências em nosso entorno, juntando-se à presença das antigas potências tradicionais, especialmente dos Estados Unidos.

Dado que atualmente há um sério problema de coesão interna em torno dos termos da ascensão internacional do Brasil – com o Estado possuindo visão estratégica consideravelmente superior a suas elites, sobretudo aquelas mais vinculadas a interesses mercantis no estrangeiro – transitoriamente, até que se

³³ O Brasil tem sido o principal contribuinte (70%) dos recursos do FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural) do Mercosul, voltado para financiar projetos de desenvolvimento no bloco regional. Entretanto, com valores modestos. Em sete anos, o FOCEM financiou 45 projetos no valor de US\$ 1,4 bilhão.

estabeleça maior unidade, resultará inevitável maior presença de potências extrarregionais – velhas e novas – em nosso entorno geográfico.

As duas potências membros do Conselho de Segurança da ONU tratam de fazê-lo, quer por mecanismos bilaterais, quer multilaterais. No primeiro caso, toma-se nota da *tournée* dos presidentes Putin e Xi por ocasião da vinda a Fortaleza e Brasília. O russo também visitou Cuba, Nicarágua e Argentina, antes de chegar a Fortaleza. Já o chinês, saiu de Brasília para Buenos Aires, visitando depois a Venezuela e Cuba. Em Brasília, ambos tiveram extensa agenda de reuniões bilaterais com mandatários sul-americanos.

A China reuniu-se com a *troika* da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos) e realizou, com o apoio do Brasil, uma Cúpula China-Países da América Latina e Caribe. O grande país oriental anunciou um ambicioso plano denominado “1+3+6”, a ser lançado no Foro Ministerial China-CELAC, a ser realizado em Beijing no próximo ano³⁴. Em Brasília, anunciou também linhas de crédito com desembolso chinês de US\$ 5 bilhões para um Fundo de Cooperação. Por fim, os chineses acertaram com o Brasil e o Peru a criação de um grupo de trabalho tripartite para financiar a Ferrovia transcontinental – velha ambição geopolítica brasileira, desde Mário Travassos –, que ligará o Atlântico ao Pacífico, ainda que provavelmente com trilhos e locomotivas *made in China*.

Chama atenção os elevados financiamentos chineses à Venezuela: nosso vizinho, desde que começou a funcionar o *fundo chino* em 2001, recebeu cerca de US\$ 50 bilhões, dos quais 95% já foram quitados. Como disse o chanceler Elias Jaua, a equação é “energia para a China, financiamento para o desenvolvimento da Venezuela” (Correo del Orinoco, 23/07/2014). Atualmente a Venezuela envia cerca de 600 mil barris de petróleo/dia para a China, propondo aumentar estes envios “a médio prazo” para 1 milhão de barris/dia (CO, 20/07/2014). Na visita, Xi anunciou novo crédito de US\$ 4 bilhões à Venezuela.

Os BRICS vão, assim, dialogando com o entorno geográfico de cada um de seus integrantes. Após a criação, em Durban (2013), do *BRICS-Africa*

³⁴ Sendo que o “1” se refere a um “programa a elaborar” (Programa de Cooperação China-América Latina e Caribe 2015-2019), o “3”, três “grandes motores” (comércio, investimentos e cooperação financeira) e “6”, as seis áreas prioritárias de cooperação (energia e recursos naturais, construção de infraestruturas, agricultura, manufatura, inovação científica e tecnológica e tecnologia da informação).

Council, estabelece-se em Brasília o mecanismo BRICS-UNASUL. Mais amplamente, surge o Fórum China-CELAC e, propõe Putin, um Fórum CELAC- União Euroasiática.

As novas alianças são importantes para a América Latina no sentido de diversificar relações. Potencialmente, afetam a própria presença tradicional dos Estados Unidos em seu perímetro geopolítico primário.

4. A agenda pós-Fortaleza

Buscamos argumentar, ao longo deste artigo, que após a 6ª Cúpula os BRICS dão um salto de qualidade, e mais amplamente, a própria luta por qual será o desfecho e o desenlace da atual transição na “ordem” internacional entrará em novos capítulos.

As declarações das seis Cúpulas do BRICS revelam um arcabouço de temas nos quais os BRICS têm construído crescente consenso. Neles, há temas nada triviais, relacionados a uma *agenda reformista* de alterações na ordem internacional, inclusive aqueles relativos à reforma do sistema financeiro internacional e à reforma da anacrônica governança global, nomeadamente do Conselho da Segurança das Nações Unidas. A oposição às guerras da OTAN – travestidas de humanitárias – também é de grande importância, coesionando os BRICS na rejeição da agressão à Líbia e mais recentemente à Síria.

Contramovimentos recrudescerão; não sendo uma transição que ocorre *manu militari*, ao contrário, que acontece com a preservação da posição da grande superpotência estratégica do planeta, é de se esperar a intensificação de manobras diretas ou indiretas voltadas a fomentar contradições entre os BRICS. Persistirá e se intensificará a “geopolítica da contenção”, que nestas páginas foi abordada. Especialmente aquelas voltadas contra a coesão nacional e territorial de cada um dos BRICS.

A presidência *pro-tempore* brasileira dos BRICS vai até a 7ª Cúpula, que ocorrerá dias 09 e 10 de julho de 2015 na cidade de Ufa, na Rússia – simbolicamente localizada geograficamente na fronteira terrestre russa com a Ásia, marcando ponto de contato entre ocidente e oriente. Simultaneamente ocorrerá a reunião anual dos chefes de Estado da *Organização de Cooperação de Xangai* – articulação sino-russa voltada para a Ásia Central –, na mesma data e cidade.

Até lá, será o período de implementação do chamado Plano de Ação de Fortaleza – que prevê amplo leque de iniciativas – e sobretudo por avançar no desafio de dar operacionalidade aos acordos de Fortaleza, em especial no funcionamento do Banco dos BRICS, previsto até 2016.

Não terá passado despercebida a proposta verbalizada pelo presidente russo Vladimir Putin em Fortaleza, propondo um novo e ousado desafio geopolítico: o da conformação de uma **associação energética entre os BRICS** (“BRICS Energy Association”). A ideia inclui a formação de um *banco de reserva de combustíveis* (“Fuel Reserve Bank”) e de um *instituto de política energética* (“BRICS Energy Policy Institute”)³⁵. A aliança reuniria dois dos maiores produtores de petróleo – a Rússia e (potencialmente, pelo pré-sal) o Brasil – e os dois maiores consumidores, a China e a Índia. Ao Brasil, um dos maiores produtores de petróleo em médio prazo, resulta interessante entrar no grande jogo da *geopolítica de energia* por esta via.

Depois da coordenação política e econômica, caberá aos BRICS darem um passo adicional na coordenação estratégica, já ensaiada com as reuniões dos funcionários de “segurança nacional”.

Cabe também no próximo período, aumentar o nível de coordenação dos BRICS sobre os grandes temas da agenda internacional, numa *agenda pró-cíclica*, isto é, a favor da aceleração da transição para um mundo multipolar, criando condições mais favoráveis ao curso dos projetos nacionais de desenvolvimento de cada um de seus integrantes e dos países em desenvolvimento em geral.

Enormes potencialidades poderá ter no futuro próximo a aliança dos BRICS. Quanto ao presente, não por acaso, vale observar o que disse um veterano observador do cenário internacional e protagonista dele há mais de cinquenta anos, o presidente cubano Raúl Castro – que se deslocou a Brasília na condição de país membro da *troika* da CELAC. Para Raúl, as reuniões de julho foram “um fato histórico que não tem comparação”³⁶.

³⁵ Ver <http://eng.kremlin.ru/transcripts/22677>

³⁶ Ver *Granma*, 19 de julho de 2014.

REFERÊNCIAS

- Brzezinski, Zbigniew. 1998. *El gran tablero mundial. La supremacia estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1998.
- Carmona, Ronaldo. 2012. “Geopolítica clássica e Geopolítica brasileira contemporânea: Mahan, Mackinder e a ‘grande estratégia’ do Brasil para o século XXI”. Master Diss. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- Carmona, Ronaldo. 2014a. “Desafios ao adensamento da projeção brasileira em seu entorno estratégico.” In *Defesa da Amazônia: VII ENABED*, edited by Álvaro Dias Monteiro, Erica C. A. Winand and Rogério Franco Goldoni, 343-376. São Cristóvão: Editora UFS.
- Carmona, Ronaldo. 2014b. “A ascensão brasileira em xeque.” *Revista Princípios* 129: 99-105.
- Carmona, Ronaldo. 2014c. “A geopolítica do BRICS.” *Revista Princípios* 131: 37-42.
- Carmona, Ronaldo. 2014d. “Com a Cúpula de Fortaleza, BRICS aceleram tendência a um mundo policêntrico.” *Revista Princípios* 132: 51-57.
- Chase, R., E. Hill, and P. Kennedy. 1999. *The Pivotal States: a new framework for U.S. Policy in the developing world*. New York: W. W. Norton & Company.
- Cohen, Saul B. 1991. “Presidential Address. Global Geopolitical Change in the Post-Cold War Era.” *Annals of the Association of American Geographers* 81(4): 551-580.
- FUNAG. 2012. *O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional*. Brasília: FUNAG.
- Hurrell, A. et al. 2009. *Os BRICS e a ordem global*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Kennan, George. 1993. *Around the Cragged Hill: A Personal and Political Philosophy*. London: Norton.
- Latham, Andrew. 2007. “The Confucian Continuities of Chinese Geopolitical Discourse.” *Macalester International* 18(1): 246.
- Mead, Walter Russell. 2014. “The return of Geopolitics. The revenge of the Revisionist Powers.” *Foreign Affairs* 93(3).
- Pimentel, José Vicente de Sá Pimentel (org.). 2013. *Debatendo o BRICS*. Brasília: FUNAG.

- Torres, José Ignacio Castro. 2014. "Las tres piezas mayores del tablero geopolítico en la era de la globalización: Los casos de EEUU, Rusia y China." *Documento de opinión, IEEE*. Accessed October 01, 2014: <http://www.ieee.es/contenido/noticias/2014/08/DIEEEO96-2014.html>.
- Vizentini, Paulo Fagundes. 1996. *Relações Internacionais do Brasil, de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2nd Edition.
- Waltz, Kenneth N. 2000. "Structural realism after the Cold War." *International Security* 25(1): 5-41.

RESUMO

A convergência de cinco grandes países em desenvolvimento em torno do interesse nacional comum de ascender no sistema internacional é a amálgama que coesiona o BRICS diante da conturbada transição para a multipolaridade no mundo. Este ensaio, que busca relacionar o momento e os desafios atuais do BRICS vis-à-vis o cenário geopolítico contemporâneo, se compõe de três partes. Este artigo, que busca relacionar o momento e os desafios atuais do BRICS vis-à-vis o cenário geopolítico contemporâneo, se compõe de três partes. Na primeira parte buscaremos oferecer uma interpretação do BRICS, observando suas potencialidades e seus limites. Trata-se de discutir o tema com base em alguns referenciais teóricos pelos quais podemos analisar os BRICS. Em seguida, pretendemos avaliar os resultados de Fortaleza em sua relação com as grandes incertezas e cenário de disputa geopolítica que caracterizam a atual transição no sistema internacional. A terceira parte se propõe a avaliar como o BRICS podem ser avaliados tendo em vista a aspiração brasileira de ascender a condição de potência global, bem como a repercussão da participação na coalizão para o entorno geográfico-estratégico do país. Por fim, apresentaremos algumas conclusões, marcadamente buscando observar desafios após a histórica 6ª Cúpula de Fortaleza.

PALAVRAS-CHAVE

BRICS; Geopolítica; Geoestratégia.

*Recebido em 29 de outubro de 2014.
Aprovado em 13 de novembro de 2014.*